

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

LIMITAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS DO ENSINO DE EMPREENDEDORISMO

André Luiz Kopelke¹

Resumo

O presente ensaio tem por objetivo contribuir para o debate acerca da necessidade de um aprofundamento da discussão sobre os fundamentos epistemológicos dos conteúdos ministrados nos cursos de graduação em administração, em especial nas disciplinas voltadas à formação de empreendedores. Argumenta-se que o reconhecimento das bases positivista/funcionalista no ensino de administração poderia contribuir para a admissão de que a formação de empreendedores voltados ao mercado concorrencial é claramente insuficiente para o enfrentamento dos desafios sociais do mundo contemporâneo. O trabalho aborda algumas limitações da concepção tradicional sobre empreendedorismo e questiona a sua utilidade para a resolução da crise dos empregos. A responsabilidade do empreendedor sobre o sucesso ou o fracasso de seu empreendimento também é analisada. Serão apresentados argumentos segundo os quais, os elevados índices de fracasso dos pequenos empreendimentos podem ser decorrentes de deficiências estruturais do capitalismo. Uma revisão dos fundamentos epistemológicos dos conteúdos curriculares ministrados no ensino de graduação em administração permitirá uma melhor compreensão das deficiências estruturais do capitalismo e da inadequação da formação tradicional de empreendedores voltados para a lógica do mercado. Ao mesmo tempo, ao ultrapassar as abordagens positivistas e funcionalistas, criam-se condições para a formação de um novo empreendedor, o empreendedor social, cuja ação é orientada por valores não mercantis, como a solidariedade, a reciprocidade, a base comunitária e o uso de saberes locais.

Palavras-chave: Empreendedorismo, epistemologia, ensino de administração
empreendedorismo social.

¹ kopelke_professor@yahoo.com.br

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

1. Introdução

Muitas Instituições de Ensino Superior, em particular os cursos de graduação em administração, tem se lançado, com crescente entusiasmo, na oferta de cursos voltados para a formação de empreendedores. As Instituições de Ensino apregoam aos seus estudantes que são capazes de inculcar um conjunto de habilidades técnicas e comportamentais que permitirão ao estudante de administração, ser o seu próprio patrão e auferir rendimentos muito superiores aos que ele conseguiria como empregado de uma empresa.

Porém, essa prática encobre a frágil formação intelectual do graduando em administração, incapaz de perceber as limitações e vulnerabilidades sistêmicas de um modelo de desenvolvimento econômico que, na visão de muitos pesquisadores, não dá mais respostas adequadas aos grandes problemas sociais contemporâneos. Por meio do discurso do empreendedorismo o estudante é convencido a aceitar as limitações do modelo como naturais. Além disso, na condição de empreendedor, será deixado à própria sorte diante das turbulências do mercado. Um eventual fracasso será justificado como uma falha pessoal, do próprio empreendedor, que não se empenhou o suficiente para o sucesso de seu negócio. A débil formação crítica o impede de questionar o *status quo* assim como o modelo de desenvolvimento hegemônico.

O presente ensaio tem por objetivo contribuir para o debate acerca da necessidade de um aprofundamento da discussão sobre os fundamentos epistemológicos dos conteúdos ministrados nos cursos de graduação em administração, em especial nas disciplinas voltadas à formação de empreendedores. Argumenta-se que o reconhecimento das bases positivista/funcionalista no ensino de administração poderia contribuir para a admissão de que a formação de empreendedores voltados ao mercado concorrencial é claramente insuficiente para o enfrentamento dos desafios sociais do mundo contemporâneo. Ao mesmo tempo, a percepção da existência de outras bases epistemológicas poderia criar condições para o fortalecimento da formação crítica dos estudantes permitindo o desenvolvimento de habilidades que os proporcionem a compreensão das limitações do modelo de desenvolvimento econômico em vigor, bem como suas consequências sobre trabalhadores e pequenos empreendedores. Tal questionamento também possibilitaria uma maior abertura, por parte destes profissionais, para modelos de desenvolvimento econômicos alternativos, baseados na organização da sociedade civil e no empreendimento social.

A organização social enfrenta, atualmente, uma série de desafios das mais variadas ordens. Muitos desses problemas são decorrentes de um modelo de desenvolvimento econômico e de uma concepção de ciência (e tecnologia) que, apesar de ter tido seus méritos no passado, não tem dado respostas satisfatórias para as demandas e adversidades do mundo contemporâneo. As soluções a esses problemas não podem ser buscadas num aprofundamento da lógica do mercado, da ciência e da tecnologia tradicionais. Caminhos alternativos precisam ser buscados. E para que o profissional de administração adote uma postura ativa nesse processo de transformação social, uma formação crítica e reflexiva, que questione os pressupostos epistemológicos dos conhecimentos atualmente difundidos pelos cursos de graduação se mostra fundamental.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

O presente trabalho se subdivide em cinco tópicos incluindo esta introdução e as considerações finais. O próximo tópico abordará a questão da concepção contemporânea sobre empreendedorismo. Será abordada a importância econômica dos micro e pequenos empreendimentos. A visão tradicional segundo a qual o empreendedorismo se mostra como uma saída para a crise dos empregos será questionada. Também será abordada a questão da responsabilidade do empreendedor sobre o sucesso ou o fracasso de seu empreendimento. O terceiro tópico entrará na discussão do modelo de acumulação em curso na sociedade capitalista. Serão apresentados argumentos segundo os quais, os elevados índices de fracasso dos pequenos empreendimentos podem não ser decorrentes unicamente das habilidades inadequadas do empreendedor. Um aspecto sistêmico e estrutural do capitalismo pode estar precipitando a mortalidade dos pequenos negócios. Um quarto tópico apresenta uma visão alternativa para a questão do empreendedorismo. O empreendedorismo não precisa necessariamente ser estruturado sobre os valores utilitaristas do mercado. Várias iniciativas empreendedoras baseadas em valores substantivos comunitários voltados para o bem comum tem surgido. Nesse novo contexto de organização produtiva e social existe espaço para um novo tipo de empreendedor. Por fim, argumenta-se que a Universidade e demais Instituições de Ensino Superior poderiam assumir um papel mais ativo na formação desses novos empreendedores.

2. O empreendedorismo no contexto da economia capitalista

A importância econômica dos pequenos e médios empreendimentos é significativa e não pode ser desprezada. No Brasil as micro e pequenas empresas representam 99% do total de empresas da economia brasileira, e são responsáveis pela produção de 20% do PIB nacional (IBGE, 2012). Mas a grande contribuição dessas empresas está na geração de empregos. Elas são responsáveis por quase 52% dos postos formais de trabalho do setor privado (SEBRAE, DIEESE, 2013).

A magnitude da participação dos empreendimentos de pequeno e médio porte na geração de empregos tem suscitado, entre alguns autores (FERREIRA; OLIVA; SANTOS; GRISI; LIMA, 2012), a importância destas organizações para enfrentar a crise capitalista na geração de empregos (RIFKIN, 1996). Os empregos extintos nas grandes corporações pelas inovações tecnológicas podem, supostamente, ser supridos com ampla vantagem pelos pequenos empreendimentos (DORNELAS, 2001).

Diante de dados tão expressivos, vários são os defensores de incentivos aos pequenos empreendimentos privados pois esses pequenos negócios trazem uma série de contribuições para o crescimento econômico e o desenvolvimento social. Os pequenos negócios são responsáveis por gerar riquezas, promover a inclusão social, desconcentrar a renda, reduzir impactos ambientais e estimular a formação de empreendedores, entre outros benefícios (GRAPEGGIA; LEZANA; ORTIGARA; SANTOS, 2011).

Tamanho é a importância econômica dos pequenos negócios que vários estudos são realizados com o objetivo de identificar as causas dos sucessos e dos fracassos das iniciativas dos pequenos empreendedores. Uma vez identificadas as causas do sucesso e as razões dos

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

fracassos, estima-se que o sucesso possa ser replicado e o fracasso evitado. Entre as razões do sucesso de algumas empresas, as próprias características pessoais do empresário são apontadas como um fator condicionante.

Os primeiros estudos destinados a avaliar a contribuição do empreendedorismo para o desenvolvimento econômico surgiram no campo da economia (FILION, 1999). Vários economistas ocuparam-se do tema, entre eles, Cantillon e Say (GUIMARÃES, 2004). Mas a contribuição considerada mais relevante surgida deste campo do conhecimento é o trabalho do economista norte-americano, de origem checa, Joseph Alois Schumpeter.

Para Schumpeter, o empresário é um elemento fundamental da economia capitalista, responsável por grande parte de sua dinâmica. Ele é a figura central do desenvolvimento econômico. O empresário é o grande responsável pela implementação do processo de inovação por meio da adoção de novas combinações produtivas. Ele é a “força motriz de um grande número de fenômenos significativos” (SCHUMPETER, 1989, p. 58). São suas características pessoais, e a sua disposição em assumir riscos, tomando empréstimos do mercado financeiro e realizando investimentos em novos arranjos produtivos que impõe um ritmo de constante mudança ao sistema capitalista.

Um dos principais fenômenos postos em movimento pela figura do empresário é o processo de “destruição criadora” (SCHUMPETER, 1984). O economista mostra que a história do capitalismo está vinculada a uma série de revoluções técnico-produtivas que promovem um processo de mutação industrial. Nesse processo, a estrutura econômica é constantemente revolucionada a partir de dentro, destruindo o que é antigo e arcaico e criando elementos novos.

Embora Schumpeter reconheça a importância do empreendedorismo para o desenvolvimento econômico, ele não pode ser considerado um defensor incondicional do pequeno empresário, pois reconhece que o processo de desenvolvimento econômico, associado à destruição criadora, promove uma série de turbulências que levam diversos empreendimentos à ruína. Se, por um lado, a dinâmica típica do capitalismo estimula a inovação e o desenvolvimento, por outro, a mesma dinâmica é responsável pela eliminação dos negócios antigos e arcaicos. Muitos empregos são perdidos nesse processo, e as novas vagas criadas nos negócios inovadores nem sempre absorvem os excluídos dos processos antigos. A destruição criadora é, portanto, um processo por meio do qual muitos empresários de pequeno porte são excluídos do mercado.

Os pequenos empreendimentos também enfrentam outros obstáculos. Schumpeter considera que pequenas empresas já estabelecidas no mercado têm dificuldades de acesso ao mercado financeiro e não possuem recursos suficientes para investimento em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento). Dessa forma, não tem condições de assumir os custos e os riscos da inovação das práticas comerciais ou das técnicas de produção. É no capitalismo oligopolista das grandes firmas que o processo de inovação ocorre de forma mais consistente (SCHUMPETER, 1984a), pois o poder financeiro das grandes corporações pode absorver eventuais investimentos mal sucedidos em inovações que não se mostraram viáveis. Dessa forma, a argumentação schumpeteriana é direcionada principalmente para o empresário das grandes empresas, que, em sua visão, é uma figura distinta do capitalista.

Esse aspecto da obra de Schumpeter raramente é lembrado pelos autores que o utilizam como referência para enaltecer as aptidões pessoais dos pequenos empreendedores.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

Bonacim, Cunha e Corrêa (2009) realizam uma revisão na literatura sobre as qualidades do empreendedor apresentadas por uma série de “escolas de empreendedorismo”. Entre as características do empreendedor, é possível destacar sua habilidade intuitiva e instintiva de perceber oportunidades de mercado, valores e atitudes únicos que o estimulam a assumir riscos. São também criativos, líderes, capazes de coordenar as atividades de várias pessoas e são capazes de adaptar seu estilo pessoal à necessidade do negócio.

Psicólogos, psicanalistas, sociólogos além de outros profissionais dedicados ao campo do comportamento humano tentaram isolar as características pessoais do empreendedor para compreender seu comportamento. Os aspectos da personalidade do empreendedor, seu sistema de valores, suas ideologias, sua necessidade de realização e de poder foram estudados por autores como McClelland; Homaday; Meredlth, Nelson & Neck; Timmons, entre vários outros, classificados, de forma genérica, por Filion (1999) pela designação de “comportamentalistas”.

Porém, os estudos dos aspectos comportamentais dos empreendedores mostram forte influência de correntes empírico-analíticas que buscam sistematizar variáveis e estabelecer graus de significância entre variáveis quantitativas, de forma a estabelecer uma relação de causa e efeito (GUIMARÃES, 2004). Tais análises procuram estabelecer um perfil ideal de empreendedor, um modelo ótimo a ser reproduzido, um padrão a ser ensinado nos cursos de formação de empreendedores.

Apesar do esforço empreendido por muitas Instituições de Ensino Superior, em formar profissionais empreendedores dentro do perfil considerado ideal pelo mercado, os resultados não tem sido animadores, pois a sobrevivência dos pequenos empreendimentos costuma ser relativamente limitada.

De acordo com o SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2013), a taxa de mortalidade de micro e pequenas empresas está ligeiramente abaixo de 25% passados dois anos após a sua constituição. Após cinco anos de criação da empresa, a taxa de mortalidade chega a 60% em alguns estados da federação (BEDE, 2004). Esses índices vêm diminuindo lentamente nos últimos anos, mas ainda são muito expressivos.

A mortalidade das empresas quase sempre é associada ao fracasso do empreendedor (GRAPEGGIA; LEZANA; ORTIGARA; SANTOS, 2011). No Brasil, a elevada mortalidade também é justificada pelos aspectos burocráticos que dificultam a abertura de novos negócios, a falta de políticas públicas destinadas à consolidação do empreendedorismo no país (DORNELAS, 2001), a elevada carga tributária, a incapacidade de concorrência com os grandes conglomerados, a falta de poder de barganha para negociar preços e prazos, entre outros (BONACIM; CUNHA; CORRÊA, 2009).

O fracasso dos novos empreendimentos também é atribuído a limitações técnicas do empreendedor (falta de experiência e competência gerencial), aspectos mercadológicos (falta de conhecimento do mercado do produto e do serviço), aspectos técnico-operacionais (falta de qualidade, localização inapropriada, tecnologia obsoleta, etc.), aspectos financeiros (política equivocada de crédito, excessiva imobilização de ativos fixos, falta de gestão financeira, etc.) e aspectos jurídico/organizacionais (falta de planejamento e estrutura organizacional inadequada).

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

A elevada taxa de mortalidade dos pequenos empreendimentos pode, em parte, ser explicada pelo fato do empreendedor ser levado a assumir riscos, de forma inconsequente e sem o devido preparo técnico, por imposição da conjuntura econômica. No Brasil, uma parcela significativa dos empreendedores decide assumir as incertezas da vida empresarial pressionado pelos problemas sociais enfrentados pelo país. A perda do emprego, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, ou até mesmo a frustração por trabalhar em atividades mal remuneradas e sem perspectivas de ascensão profissional levam muitas pessoas a abrirem seus próprios negócios (GRAPEGGIA; LEZANA; ORTIGARA; SANTOS, 2011).

Cientes desse problema, muitas Instituições de Ensino Superior, particularmente nos cursos de Administração, passaram a incluir nas suas matrizes curriculares disciplinas específicas de empreendedorismo. Mas a decisão de oferta dessas disciplinas por parte das Instituições de Ensino se dá em virtude de uma demanda de estudantes desejosos em “consumir” um conhecimento que, em tese, pode melhorar sua condição de vida por meio da promessa de sucesso no campo empresarial. A oferta de disciplinas relacionadas ao empreendedorismo ocorre muito mais como uma “oportunidade de mercado” a ser explorada por Instituições de Ensino, que em muitos casos, são geridas como unidades de negócio que precisam apresentar lucros.

No contexto da mercantilização do ensino de administração no Brasil (PAES E PAULA; RODRIGUES, 2006), a matriz curricular dos cursos são montadas sem que se realize um questionamento de suas bases epistemológicas. O paradigma funcionalista, de base positivista (LEMOS; BAZZO, 2011) é tomado como dado e a visão de mercado é tida como a única disponível. Dentro da lógica do mercado, o lucro passa a ser um objetivo aceitável, que em muitos casos suplanta a preocupação com a qualidade e a responsabilidade social da educação. A consequência é um processo de “macdonaldização” do ensino da Administração (ALCADIPANI; BRESLER, 2000), onde as instituições de ensino não se importam mais com a qualidade da formação dos estudantes, mas com os números de cursos, de matrículas e de aprovações. Assim, para maximizar a quantidade de alunos e, no caso das instituições privadas, as receitas, o curso é estruturado de forma a se tornar atrativo aos consumidores em potencial. Se o “mercado” mostra uma demanda por disciplinas de empreendedorismo, as “universidades-lanchonete” (ALCADIPANI; BRESLER, 2000) apressam-se em oferecê-las.

Um exemplo do grau de difusão do ensino de disciplinas empreendedorismo em cursos de graduação em administração pode ser visto no trabalho de Giovanela, Gouvêa, Frâncio e Dalfovo (2010). Os autores realizam extensa revisão de literatura com o objetivo de identificar, classificar e analisar as características dos professores, sua didática, bem como os conteúdos ministrados na disciplina de empreendedorismo em diferentes Instituições de Ensino Superior. Para os autores, o ensino oferecido pelas IES precisa ser aproximado da realidade do mercado, de forma que estas possam educar e formar “indivíduos autônomos e criativos, **ajustados às novas ordens**, servindo para os que têm seu próprio negócio ou para os que trabalham em empresas” (GIOVANELA; GOUVÊA; FRÂNCIO; DALFOVO, 2010, grifo nosso). Os autores destacam que o ensino de empreendedorismo deve ser feito com o uso de metodologias diferenciadas que estimulem o “aprender a aprender” e a “proatividade” do aluno com o seu aprendizado. Observa-se que o trabalho dos autores preocupa-se com uma compilação de boas práticas no ensino do empreendedorismo. Mas em momento algum, as boas práticas elencadas no artigo em questão fazem menção ao questionamento dos pressupostos epistemológicos do ensino dessa disciplina. Ao invés disso, as Instituições de

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

Ensino preocupam-se em formar acadêmicos “ajustados às novas ordens” do mercado. A mencionada proatividade só é aceitável se estiver conformada à lógica do mercado.

Cabe perguntar em que medida a reflexão sobre as bases epistemológicas que sustentam o ensino de disciplinas de empreendedorismo pode contribuir para reduzir a taxa de mortalidade dos pequenos empreendimentos? A resposta pode estar relacionada com a percepção de que a principal causa destes elevados índices de mortalidade não esteja tão fortemente ligada à deficiente qualificação técnica do empreendedor. Mesmo empreendedores qualificados falham. Talvez a resposta a essa mortalidade esteja na própria dinâmica da sociedade capitalista como Shumpeter já havia colocado.

Michael Porter (1989), ao analisar o comportamento das firmas no mercado, vê a sua atuação como um campo de guerra, onde os participantes precisam adotar estratégias adequadas para se manterem vivos no mercado. O uso de estratégias inadequadas compromete o desempenho da empresa e pode custar a sua sobrevivência. Porém, se as estratégias corretas forem adotadas, posições (de mercado) mais consistentes poderão ser defendidas, permitindo aos mais competentes proceder “ataques” (PORTER, 1989, p. 473) às empresas líderes e conquistar novas posições.

Nessa dinâmica capitalista apresentada por Porter (1989), parece haver pouco espaço para os pequenos empreendimentos. A eles é permitido sobreviver enquanto suas atividades não prejudicarem os planos dos grandes oligopólios. Assim, os pequenos negócios podem preencher as brechas do mercado não atrativas às grandes corporações. E a atuação nessas lacunas do mercado será limitada pelas políticas das grandes empresas na disputa por clientes, fornecedores e profissionais. Se, eventualmente, algum pequeno negócio prosperar e começar a chamar a atenção, ele tende a ser absorvido pelas grandes corporações.

E o ensino do empreendedorismo em Instituições de Ensino Superior sem o devido questionamento de seus fundamentos epistemológicos pode, em certa medida, legitimar a dinâmica do mercado. Saraiva (2011) reconhece que a formação empreendedora e a ideia de tomar a carreira como um empreendimento não é totalmente desprovida de sentido, porém, o problema está em despolitizar e naturalizar o conceito. Enfatizar uma formação empreendedora significa aceitar e consentir com as iniciativas empresariais em prol da flexibilização das relações de trabalho. Incentivar desmesuradamente uma postura empreendedora tende a instalar uma lógica darwiniana de todos contra todos, onde somente os mais aptos (ao mercado) sobrevivem, dentro da perspectiva defendida por Porter (1989).

Considerar o empreendedorismo como uma saída para a crise do capitalismo e institucionalizar a formação empreendedora pelo seu ensino na educação superior torna “normal” a ideia de futuro incerto e ameaçador (SARAIVA, 2011). Uma visão de mundo individualista, ultra competitiva, baseada exclusivamente na performance instrumental é estimulada, em detrimento de valores solidários e coletivos (BOURDIEU, 1998). Temas como a precarização das relações trabalhistas ou a degradação das condições de vida dos pequenos empreendedores largados à própria sorte não são abordados, ou são relegados a um segundo plano obscurecido pelo *glamour* resplandecente do mundo dos negócios.

Dessa forma, o ensino do empreendedorismo, da forma como vem sendo implementado em muitas Instituições de Ensino Superior, funciona como um processo legitimador da lógica do mercado. Toma natural e aceitável a crescente dificuldade do capitalismo em gerar novos postos de trabalho. Além disso, por relacionar o sucesso ou o

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

fracasso do empreendimento às habilidades do empreendedor, retira a culpa da degradação social das grandes corporações e a coloca sobre os ombros dos pequenos empreendedores. Os poucos casos de sucesso são tomados como exemplos a seres imitados, exemplos esses que a grande maioria não consegue reproduzir.

O próximo tópico será dedicado a explorar com maior profundidade algumas das limitações sistêmicas do capitalismo que, em parte, explicam os elevados índices de mortalidade dos pequenos empreendimentos.

3. O declínio do Fordismo

Diferentes correntes do pensamento econômico têm visões distintas acerca da dinâmica da sociedade capitalista. O *mainstream* do pensamento econômico atual está fortemente estruturado sobre a vertente neoclássica, que tem nos economistas liberais os seus principais defensores. Tais concepções formam o substrato teórico sobre o qual foram estruturadas várias medidas econômicas destinadas a “fortalecer” as economias dos países emergentes e que ficaram conhecidas pela expressão “Consenso de Washington” (CHANG, 2002). A defesa da livre iniciativa empresarial e do liberalismo econômico com uma limitada capacidade de intervenção do Estado são alguns dos princípios defendidos por esta corrente de pensamento econômico.

Porém, tal linha de pensamento econômico tem sofrido críticas severas de outras correntes de pensamento, como o marxismo no século XIX e o keynesianismo no século XX, além de uma série de outras escolas de pensamento de diversas áreas das ciências sociais. Entre as críticas contra essa escola está o fato de suas concepções sobre os fenômenos econômicos serem estáticas e atemporais, pois não levam em consideração os aspectos históricos (CHANG, 2002). Enquanto o modelo econômico neoclássico pode ser considerado teoricamente e matematicamente sofisticado, ele é construído de tal forma a justificar o liberalismo econômico. Porém, suas premissas são irrealistas e demasiadamente simplificadas (TIGRE, 1998), o que o torna distante da realidade. O crescimento econômico é visto como um conjunto de pré-requisitos a serem preenchidos para que se alcance o patamar dos países desenvolvidos. As relações de poder entre as nações, as tensões nas relações capital – trabalho são completamente desconsideradas.

Esse distanciamento do *mainstream* da realidade tem provocado um constante questionamento de seus pressupostos e de sua funcionalidade para compreender a dinâmica da sociedade capitalista a ponto de alguns autores considerarem a economia, na sua vertente neoclássica, como uma disciplina que não se desenvolveu com o objetivo de alcançar maior rigor acadêmico e metodológico, mas “como parte de um processo de alienação intelectual e de mistificação ideológica ao qual se quis legitimar com uma orgulhosa exatidão na análise de conjuntos inexatos” (CASANOVA, 2006, p. 18). A permanência desta vertente de pensamento econômico na condição de *mainstream* só pode ser explicada pelo fato de seus princípios atenderem a interesses de grupos específicos (KEMPF, 2010), pois não são mais considerados adequados para interpretar os fenômenos sociais.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

Várias alternativas ao pensamento neoclássico existem, muitas das quais também são alvo de severas críticas. Porém, uma vertente do institucionalismo econômico denominada de Escola Francesa da Regulação, ou Escola Regulacionista (CONCEIÇÃO, 2002) considera que as relações sociais e os antagonismos movem o processo de contínua mudança do sistema econômico, resultando na reprodução de um ambiente permeado por contradições sociais.

Para esta abordagem, os antagonismos sociais geram fatores de polarização e conflitos que são mediados por instituições sociais. As instituições mediam os conflitos e estabilizam a sociedade, assegurando a sua reprodução. A mediação institucional dos conflitos visa seu controle, não a sua superação.

A teoria da regulação pode ser um poderoso instrumento para o entendimento da dinâmica da sociedade moderna. De acordo com essa escola do pensamento, todo sistema econômico, e toda técnica de produção (como o taylorismo) precisa ter um mínimo de legitimidade social. Tais elementos precisam anunciar uma promessa de vida melhor, talvez não para a geração atual, mas pelo menos para as gerações futuras.

Lipietz (1991) afirma que um modelo de desenvolvimento econômico precisa se sustentar num tripé: um modelo de organização do trabalho, um regime de acumulação e um modo de regulação (conjunto de mecanismos sociais que efetuam o ajuste dos comportamento contraditórios e conflituosos aos princípios coletivos do regime de acumulação).

Para o autor, a hegemonia norte americana ao longo do século XX esteve associada a um modelo de regulação por ele chamado de “fordismo” (LIPIETZ, 1991, 29). No fordismo, o modelo de organização do trabalho é fortemente baseado na produção em massa e no taylorismo. O regime de acumulação do fordismo segue os princípios econômicos keynesianos e o modo de regulação está profundamente ligado à distribuição dos ganhos de produtividade entre os trabalhadores.

Esse processo permitiu ao capitalismo obter relativa legitimidade ao longo do século XX, pois ele anunciava, e em parte cumpria, uma promessa de vida melhor. Os sacrifícios nas linhas de produção, as doenças ocupacionais, as injustiças trabalhistas, os privilégios de classe foram suportados pela grande massa de trabalhadores, pois desde o início da Revolução Industrial, criou-se a promessa de abundância material.

Em parte, essa promessa vinha sendo cumprida. Parcelas crescentes das massas de trabalhadores foram sendo incorporadas às classes médias. Outras parcelas foram definitivamente excluídas do mercado, mas as esperanças de uma vida melhor, e de reparação das injustiças sociais estavam sempre presentes. A divisão do trabalho, a tecnologia, a mecanização, a linha de montagem, a robotização e a automação, no seu devido tempo, operariam milagres e permitiriam aos homens um paraíso na terra, com poucas horas de trabalho, e muito lazer. O paradigma fordista ofereceu uma concepção de progresso baseada no desenvolvimento técnico, na prosperidade social (pelo aumento do poder aquisitivo) e na expansão do Estado, fiador do interesse geral contra as invasões dos interesses particulares.

Lipietz (1991, p. 44) mostra que ao final do século XX esse paradigma hegemônico entra em crise sob uma série de aspectos. A alienação provocada pelas técnicas de produção chegaram a um limite, e os incrementos tecnológicos, não compensam a redução no ritmo dos ganhos de produtividade. Os custos dos investimentos em capital precisam ser compensados com redução de gastos com mão-de-obra. Essa redução não se dá via redução monetária

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

(nominal) dos salários, mas pela redução real do poder de compra e pela redução da massa de trabalhadores empregados. O volume total de salários pagos diminuiu, gerando uma crise de demanda. Os ganhos de produtividade do passado não podem mais ser socializados em função dos elevados custos com investimento em capital fixo.

A crise do modelo fordista provocou um distanciamento de suas promessas. Poucos ainda acreditam que a afluência material chegará a todos. Do ponto de vista da sustentabilidade ambiental isso sequer é desejável. Com isso, este sistema econômico, e o paradigma fordista perde legitimidade. O pessimismo reina absoluto entre os trabalhadores. As inovações tecnológicas apresentam soluções para poucos. Os avanços científicos trazem benefícios para quem pode pagar por eles.

O capitalismo, dentro do modelo fordista, ainda sobrevive, mas com dificuldade. Está estruturalmente comprometido e precisa manter-se com o apoio de determinadas instituições sociais que ainda que ainda lhe são úteis. Quando Instituições de Ensino Superior convencem seus estudantes de que os empregos formais estão no fim e que eles precisarão assumir riscos como empreendedores num mercado incerto, onde somente poucos obterão sucesso, estão concordando e legitimando esta lógica. Estão sendo conservadores (SARAIVA, 2011), pois apostam num modelo em declínio. Tentam buscar paliativos para um modelo econômico e de estruturação social que não gera mais empregos (RIFKIN, 1996), provoca sérios impactos ambientais (PORTO-GONÇALVES, 2013), corre sérios riscos de entrar em colapso (CASTI, 2012), cujos pilares civilizatórios podem degenerar (FERGUSON, 2013) e comprometer o futuro da humanidade.

Considerando que este modelo de organização econômica atualmente já não responde de forma adequada aos problemas contemporâneos, tendo perdido boa parte de sua legitimidade, a sua defesa, mesmo que de forma indireta, pelo ensino de uma formação empreendedora, só pode ocorrer junto a Instituições de Ensino Superior que não se preocupam em avaliar os pressupostos epistemológicos dos conhecimentos que disseminam. Isso evidencia a mercantilização do Ensino Superior brasileiro, particularmente no caso dos cursos de graduação em administração, mais preocupados em maximizar o número de alunos e gerar receita do que enfrentar os grandes desafios sociais, organizacionais e administrativos contemporâneos.

Uma adequada avaliação dos determinantes epistemológicos dos cursos de administração e das disciplinas voltadas ao empreendedorismo mostraria que tais conhecimentos, que se julgam imparciais, estão a serviço de determinados grupos sociais que defendem que as forças do mercado são suficientes para ordenar todos os aspectos da vida humana associada. Porém o mercado não é neutro como os neoclássicos afirmam (CHANG, 2002). A sociedade orientada pelo mercado teve seus méritos, particularmente durante o modelo de acumulação fordista (LIPIETZ, 1991), mas hoje a “Espaçonave Terra” é impulsionada por quatro motores descontrolados (ciência, tecnologia, economia e busca de lucro) rumo à autodestruição (MORIN, 2007).

O paradigma sociocultural da modernidade ocidental teve sua importância enquanto força emancipadora da humanidade, mas estamos vivendo o ocaso desse modelo de organização social. O fato de ainda permanecer como paradigma dominante deve-se à inércia histórica (SANTOS, 2011).

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

A incapacidade dos modelos econômicos do *mainstream* e da administração tradicional em oferecer respostas concretas aos problemas da atualidade tem levado ao crescente questionamento de suas fundações ontológicas, compromissos teóricos, convenções metodológicas e predileções ideológicas. Os pressupostos das abordagens funcionalistas têm sido incinerados por críticas ferozes a sua arrogância teórica inata e sua pretensão metodológica.

Diante dessa situação, nos vemos diante de duas alternativas possíveis como aponta Reed (1998). Uma primeira opção seria “avançar a qualquer custo” reforçando o paradigma dominante, orientado pelo mercado, o que implicaria numa reclusão às fortificações intelectuais que oferecem proteção contra os efeitos radicalmente desestabilizadores da crítica contínua e da desconstrução. Esta é uma opção que agrada ao *status quo* vigente, pois não questiona os princípios básicos da organização social vigente. Propostas de incentivo ao empreendedorismo individual, voltado ao mercado, se ajustam perfeitamente a esta alternativa.

Outra opção seria procurar novos paradigmas. Para isso, é preciso estimular uma continuada proliferação de mais questões e incertezas e mais narrativas que gerem questões, algo que só é possível se os profissionais de administração puderem ser sensibilizados para a necessidade de preservar e utilizar o pluralismo intelectual, estimulados por um pensamento crítico e reflexivo. Isso permite a procura por modelos de organização econômica e produtiva diferentes, não orientadas exclusivamente pelo mercado. Essa abertura a uma economia plural permite também a concepção de novas formas de empreendedorismo, ou seja, um empreendedorismo não limitado pela racionalidade instrumental. Um empreendedorismo orientado por valores humanistas. Um empreendedorismo social e ambientalmente responsável. As características dessa nova forma de empreendedorismo serão detalhadas no próximo tópico.

4. Um novo empreendedorismo.

A expansão dos valores instrumentais do mercado por todos os aspectos da vida humana associada tem levado ao enfrentamento de sérios limites ambientais, sociais, energéticos e de outras ordens. Para Rifkin (2012), os próximos 40 anos serão cruciais para a história da humanidade. As próximas quatro décadas irão determinar se os seres humanos terão condições de continuar a viver em sociedade, respeitando os limites ambientais, entrópicos e termodinâmicos determinados pela natureza, ou se entraremos num processo de desmantelamento institucional e degradação ambiental que pode conduzir a humanidade a uma nova Idade Média, ou até mesmo à extinção.

Se o ritmo de automação dos processos industriais e das atividades do setor de serviços permanecerem no patamar atual, em 40 anos esses setores não terão condições de gerar postos de trabalho. Numa sociedade que depende do emprego para distribuir riqueza, isso se transforma num problema muito sério, pois o processo de concentração de renda tende a ser acelerado, conduzindo todo o sistema a crises estruturais de superprodução. Este processo já está em curso desde o final do século XX, conforme apontado pelos economistas da escola da regulação (LIPIETZ, 1991).

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

Todos os setores econômicos apresentam tendência de queda na sua capacidade de geração de empregos. No setor privado, algumas empresas podem até crescer e ampliar o volume de produção, mas em função da adoção de novas tecnologias, o crescimento da produção se dá sem a geração de novos empregos.

De forma similar, o setor público está enfrentando sérias dificuldades na maior parte das nações. Após a crise de 2008, o endividamento público da grande maioria dos países chegou a níveis estratosféricos o que torna inviável, imoral e ilegítima a adoção de estratégias públicas que venham a inflar ainda mais a estrutura burocrática do Estado. A tendência, portanto, também é de que o setor público tenha sua capacidade de geração de empregos limitada em função de restrições orçamentárias.

Essas constatações poderiam ser argumentos suficientes para o estímulo a iniciativas empreendedoras por parte das Instituições de Ensino Superior. Se a qualificação tradicional não é mais garantia de emprego nem no setor privado, nem no público, os jovens deveriam, em tese, ser estimulados a procurar alternativas que lhe garantam a subsistência.

Mas o estímulo ao empreendedorismo voltado para atividades produtivas no mercado reforça um conjunto de valores que já se mostraram inadequados para o ordenamento social. Enquanto as iniciativas empreendedoras forem vistas como um conjunto de estratégias para que pequenos empresários prosperem financeiramente em meio à concorrência do mercado, nenhum avanço significativo estará sendo produzido, pois a lógica de ação do pequeno empreendedor continuará sendo fundamentalmente a mesma lógica do mercado. Dentro dessa lógica, o sucesso de alguns pequenos empresários será contrabalançado pelo insucesso de vários outros. Tais empresários apenas estarão praticando o que as grandes corporações já praticam em larga escala, e cujos resultados tem sido perniciosos em uma série de aspectos.

Infelizmente ainda perdura em muitos meios acadêmicos, particularmente em alguns cursos de administração, a concepção do *american way of live* e a do *self made man*, que atualmente nada mais são do que mitos. Acadêmicos são estimulados a acreditar que poderão ascender socialmente assumindo a condição de empresários. Julgam que o sucesso está garantido e abraçam a ideia de que tudo pode ser feito em nome dos negócios e da rentabilidade.

A disseminação dessa visão de mundo acaba sendo útil para algumas Instituições de Ensino que não questionam os pressupostos epistemológicos dos conteúdos curriculares que oferecem, pois o eventual fracasso do empreendedor poderá ser atribuído unicamente aos seus aspectos comportamentais como a falta de empenho e débil ímpeto competitivo. Com isso, a instituição de ensino é eximida de qualquer responsabilidade. Os conteúdos ministrados em sala de aula dificilmente serão questionados, até porque esses acadêmicos carecem de uma percepção aprofundada dos pressupostos epistemológicos dos conhecimentos adquiridos. Não se dão conta de que estão sendo imbuídos pelos valores do mercado, do mesmo mercado que os exclui. Ao assumirem uma postura de empreendedores e se disporem a assumir riscos num mercado concorrencial, tais estudantes corroboram os valores do mercado, mesmo que estes lhes sejam prejudiciais.

Cabe perguntar: existe alternativa? Para Rifkin (2012) a atual geração pode ser a última a ter empregos formais tradicionais. Os nossos filhos, e muitos dos estudantes que hoje frequentam os bancos escolares só encontrarão colocação **nas organizações da sociedade**

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

civil, organizações estas não orientadas pelos valores do mercado. O autor afirma que tais organizações são as únicas que tem condições efetivas de criar novos “postos de trabalho”.

Os próximos 40 anos serão um período precioso para nós. A geração do milênio e seus filhos precisarão ser educados para trabalhar e viver tanto em uma economia industrial quanto colaborativa. Seus filhos, no entanto, serão cada vez mais empregados na sociedade civil, criando capital social, enquanto a tecnologia inteligente substituirá muito — senão todo — do trabalho humano na área comercial (RIFKIN, 2012, p.287).

As organizações da sociedade civil compreendem uma miríade de configurações organizacionais, formais e informais que são denominadas de variadas formas, como organizações do terceiro setor, organizações da economia social, ou da economia solidária, economia popular ou até mesmo, da economia informal. França-Filho (2002) estabelece as fronteiras conceituais entre estes variados tipos de organização, mostrando que cada termo está relacionado a um aspecto histórico e geográfico específico. A expressão “terceiro setor” está fortemente ligada ao conceito de filantropia típica do contexto norte-americano. O contexto europeu gerou organizações da economia social, posteriormente incorporadas pelo Estado e atualmente tem sido o local da emergência de organizações da economia solidária. No contexto da América Latina surgem as organizações da economia popular e da economia informal. Mas todos os modelos organizacionais que surgem no âmbito da sociedade civil são formas alternativas de produção e geração de riquezas que não se esgotam na lógica mercantil.

As atividades econômicas oriundas de organizações da sociedade civil são orientadas por valores diferentes dos que dirigem as relações instrumentais do mercado. Ao invés do individualismo, da competição e da concorrência, tais organizações são conduzidas pela solidariedade, pela reciprocidade, pela base comunitária, pelo uso dos saberes locais. Tais organizações não são orientadas pelo lucro, seus resultados não podem ser apropriados para fins particulares e não tem por objetivo gerar patrimônios particulares. Suas atividades não são necessariamente rentáveis, porém são socialmente muito úteis. Gratidão, lealdade, caridade, amor, compaixão, responsabilidade, solidariedade, verdade e beleza são “moedas correntes que alimentam o patrimônio do setor” (FERNANDES, 1994, p. 24).

O empreendedorismo tradicional, vinculado ao mercado, costuma considerar tais valores em tom depreciativo, como se eles fossem prejudiciais aos negócios. As especificidades das organizações oriundas da sociedade civil não podem ser avaliadas pelos critérios instrumentais típicos de organizações voltadas para o mercado. A utilização de técnicas de gestão de orientação funcionalista (marketing, finanças, recursos humanos, etc.) na condução dessas novas formas organizacionais tende a gerar conflitos na medida em que as especificidades das organizações da sociedade civil podem ser consideradas disfunções a serem equacionadas (ANDION, 2005).

Paralelamente, as organizações da sociedade civil precisam, em alguma medida, continuar a interagir com o mercado. Isso implica em sérios desafios uma vez que lógicas de ação distintas precisam entrar em contato. Por um lado, a lógica do mercado, orientado pelo poder, pelas normas, pelo controle e pelo resultado econômico-financeiro. De outro lado, a lógica do mundo da vida (ANDION, 2005) cujos valores primordiais estão relacionados às

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

relações pessoais, à história comum, ao diálogo, à reflexão coletiva, entre outros. O desafio de compatibilizar essas duas lógicas é muito grande, e dificilmente pode ser enfrentado por um empreendedor com uma formação puramente funcional/instrumental.

Outra particularidade das organizações da sociedade civil está no uso do que se convencionou chamar de Tecnologia Social (ALMEIDA, 2010). Tal concepção de tecnologia vai além do artefato tecnológico propriamente dito e agarra-se no contexto e na realidade concreta dos sujeitos que a utilizam para transformar sua realidade. Nesse sentido, a tecnologia social contempla um posicionamento político, pois se situa no espaço das pessoas e de sua organização. A tecnologia social é uma construção social desvinculada da tradição do modelo tecnológico moderno.

A tecnologia social busca somar e compatibilizar o conhecimento científico com o saber popular em benefício do bem comum. (PENA, 2010). Esta compatibilização entre saberes distintos é algo a ser desenvolvido pelas universidades, principalmente em suas atividades e extensão, porém são poucas as instituições que efetivamente se mobilizam nesse sentido (DAGNINO, 2004). A tecnologia social, ao contrário da tecnologia convencional, está voltada para a inclusão social (OTTERLOO, 2010), o desenvolvimento sustentável, a interação comunitária e a transformação social, de forma a viabilizar a inversão da lógica perversa do mercado que fomenta desigualdades e a exclusão.

Novas formas de organização da produção, baseadas no uso de tecnologias sociais e em valores distintos aos do mercado podem colocar em suspensão algumas das condições fundamentais da lógica de produção capitalista (GAIGER, 2013). Com isso, os requisitos fundamentais do trabalho assalariado e da extração e apropriação de trabalho excedente podem ser significativamente alterados. Isso abre espaço para novas formas de organização social da produção e estabelece alternativas à estrutura econômica dominante. Uma nova forma de trabalho, integrada a uma dimensão política da vida coletiva e estimulada pela autogestão pode criar condições para reconciliar o trabalhador com os frutos de seu trabalho, superando, em parte, a alienação provocada pelo trabalho assalariado tradicional. É uma forma de reinserir a economia nas relações sociais e reduzir seu componente utilitarista (GUERREIRO RAMOS, 1989).

A questão da inovação também pode ser compreendida por uma perspectiva ampliada se as limitações da perspectiva positivista/funcionalista forem ultrapassadas. Schumpeter (1989), em sua concepção vinculada à racionalidade do mercado, via, na ação inovadora do empreendedor, a origem do desenvolvimento econômico. Essa inovação consistia basicamente no rearranjo dos recursos produtivos, que eventualmente conduziam a novos desenvolvimentos tecnológicos. Embora os benefícios materiais decorrentes das inovações tecnológicas sejam inegáveis, a sua submissão à racionalidade instrumental do mercado impede que eventuais ganhos sejam compartilhados entre os vários membros da sociedade. As inovações tecnológicas, atuando dentro dessa lógica utilitarista, transformam-se em mecanismos de concentração de renda e exclusão social.

A crescente insatisfação social decorrente deste processo vem estimulando a sociedade civil a preencher as lacunas deixadas pelo Estado e pelo mercado com uma nova modalidade de inovação: a inovação social (BIGNETTI, 2011). Para este autor esta modalidade de inovação é definida como "o resultado do conhecimento aplicado a necessidades sociais através da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos, gerando soluções novas

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral." (BIGNETTI, 2011, p. 4). Ao contrário da inovação vinculada ao ganho econômico, a inovação social busca beneficiar primordialmente os seres humanos. Esta modalidade de inovação não está necessariamente comprometida com os benefícios financeiros. A inovação social está estruturada sobre a cooperação entre os atores sociais com vistas a resolver problemas das comunidades e dos grupos sociais por meio do atendimento de necessidades variadas relacionadas à saúde, educação, trabalho, lazer, transporte, turismo, etc.

A gestão e a condução da inovação social requer modelos distintos dos modelos tradicionais de gestão tecnológica. Enquanto o processo de inovação tradicional é gerenciado de dentro para fora, pela introdução de um novo processo de produção, ou de um novo produto o serviço direcionado ao mercado, a inovação social é iniciada e conduzida pelos próprios atores sociais beneficiários do projeto. Assim como a tecnologia social, a inovação social constitui-se numa construção social (BIGNETTI, 2011).

Se um empreendedor tentar conduzir um processo de inovação social tomando por base os pressupostos epistemológicos típicos da gestão voltada ao mercado, a probabilidade de insucesso é muito grande. A lógica inovação voltada ao mercado preocupa-se com a salvaguarda dos direitos autorais sobre as novas tecnologias, para evitar que elas sejam difundidas entre os concorrentes, preservando a vantagem competitiva da empresa inovadora por mais tempo. A lógica da inovação social é diametralmente oposta. A inovação social busca a replicação e a maior difusão possível do conhecimento inovador, pois quanto maior essa difusão, maior será o número de beneficiários da ação inovadora.

Nas palavras de Rifkin (2012), as organizações oriundas da sociedade civil, não orientadas pelos valores do mercado são as únicas que apresentam índices consistentes de incremento de empregos, embora a expressão “emprego assalariado” não possa ser adequadamente usada para descrever essas novas relações de trabalho. Esse movimento pode ser o indicador de uma transformação da lógica de produção capitalista. Embora o capitalismo em si possa continuar funcionando, e apesar das relações de mercado ainda se fazerem presentes, o regime de acumulação pode estar em transformação, e podemos estar presenciando os primeiros sinais de um regime de acumulação pós-fordista cujas características ainda não estão claramente definidas, porém as mudanças já podem estar em curso.

Para esse novo contexto sócio produtivo, a formação de empreendedores voltados exclusivamente à lógica do mercado é apostar no passado, no que claramente não funciona, no que polariza e distancia os grupos sociais, no que gera graves desequilíbrios ambientais. As Universidades e demais Instituições de Ensino Superior podem adotar um papel mais ativo na formação de um novo profissional. Além do empreendedorismo tradicional a formação de empreendedores sociais poderia ser estimulada.

O desenvolvimento de um sistema produtivo pós-fordista, estruturado sobre a coordenação e cooperação entre os diversos atores sociais precisa de um novo tipo de empreendedor. Como as relações de produção diluem-se num processo cooperativo entre os diversos agentes espalhados por um determinado território, o novo empreendedor passa a desempenhar um papel de mediação necessário para o estabelecimento das condições sociais administrativas e políticas da produção, ligando o trabalho dos vários grupos e integrando as cadeias produtivas.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

O novo empreendedor inscreve sua função criadora dentro da cooperação social e dentro de um processo de autonomia produtiva que se constitui e se reforça no conjunto da sociedade. Esse novo profissional precisa se inserir de forma harmônica com o sentido das relações sociais e culturais do seu grupo social. A eficácia de sua intervenção será medida em função dessa atitude. Assim, o novo empreendedor minimiza suas dimensões instrumentais-funcionais e transforma-se num empresário político (NEGRI, 1999).

Uma das funções do empresário político, também chamado por Negri (1999) de empresário coletivo, é articular os atores de seu grupo social de forma que se construa e se acumule um capital social (PUTNAM, 2000) sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica que possam facilitar a cooperação espontânea. A instalação de um ambiente de confiança e cooperação entre os vários atores sociais pode desenvolver uma reciprocidade generalizada dando condições a esse grupo de realizar objetivos que seriam inalcançáveis num cenário de desconfiança e competitividade típica do mercado.

As Universidades e demais Instituições de Ensino Superior precisam adotar um papel ativo na formação de um novo perfil de empreendedor. Há uma crescente cobrança social por uma universidade mais inclusiva e mais próxima das demandas sociais. Espera-se das universidades uma maior contribuição para transformações sociais efetivas e consistentes a partir de uma maior aproximação das comunidades e uma maior identificação com as causas populares. Os conhecimentos científicos por ela gerados precisam ser usados em benefício do bem comum. Num contexto de esgotamento do regime de acumulação fordista, não existe mais espaço para uma formação universitária elitista que, ao invés de diminuir, acentua as disparidades sociais. A Universidade não pode atuar como uma prestadora de serviços educacionais que vende técnicas de promoção do alpinismo social.

5. Considerações Finais

O presente trabalho procurou mostrar que a atividade dos micro e pequenos empreendedores é efetivamente muito importante em termos econômicos e, sobretudo, sociais. Porém, apesar dessa importância, as taxas de mortalidade dos pequenos empreendimentos ainda são muito elevadas. Em parte, essa mortalidade pode ser justificada pela falta de qualificação técnica dos pequenos empreendedores, porém a ampliação da oferta de cursos de administração dedicados à formação de potenciais empreendedores não parece estar surtindo o efeito esperado. Apesar dos esforços das Instituições de Ensino Superior e de entidades de apoio aos micro e pequenos empresários, a redução dos índices de mortalidade ainda tem sido muito lenta.

Essa dificuldade reside, em grande parte, na apropriação acrítica da perspectiva positivista/funcionalista e da lógica mercantil como única alternativa viável para nortear o ordenamento social e econômico. Tal perspectiva limita a percepção de uma deficiência estrutural do sistema capitalista, particularmente de seu regime de acumulação fordista. A própria dinâmica do sistema econômico tem feito com que as grandes corporações não tenham condições de ampliar significativamente as vagas de emprego. Em função da acirrada concorrência num mundo em processo de globalização, investimentos poupadores de mão-de-

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

obra precisam ser feitos sob pena do empreendimento ser excluído do mercado. Diante dessa dificuldade estrutural do capitalismo, o empreendedorismo tem sido visto como uma tábua de salvação, pois teria condições de gerar as vagas de emprego que o grande capital não tem mais condições de criar.

Ocorre que muitos cursos de administração tentam formar empreendedores dentro do viés do mercado. Embora, nos pequenos negócios, as escalas produtivas e os investimentos envolvidos sejam menores, os valores (morais) que conduzem as ações desses empreendedores não diferem significativamente dos valores defendidos pelo grande capital. Muitos dos pequenos empreendedores sonham com o sucesso financeiro e com a transformação de seu pequeno negócio num empreendimento vigoroso, que os permitirá ascender socialmente. Os poucos que conseguem trilhar esse caminho passam a agir num mercado concorrencial e competitivo, buscando “conquistar mercados” destruindo concorrentes, e por consequência, eliminando vagas de emprego. É lamentável que esses casos sejam vistos como exemplos de sucesso empresarial, modelos a serem imitados. Sua legitimidade só se sustenta numa sociedade fundamentalmente orientada pelos valores do mercado, valores estes que estão sendo crescentemente questionados.

A limitada percepção dos parâmetros epistemológicos desse tipo de formação de empreendedores por parte dos cursos de administração faz com que os egressos dessas instituições considerem esse cenário natural e perfeitamente justificável. Julgam que esta é a regra do competitivo mundo dos negócios onde tudo é permitido em nome do sucesso econômico e o alpinismo social.

Os que rejeitam um mundo competitivo acabam rotulados de ineficientes, ineptos, incapazes, ou seja, indignos de vivenciarem o glamoroso e elitista mundo dos negócios. No máximo são úteis como consumidores, mas se não tiverem renda suficiente para consumir, sua permanência na sociedade será tolerada mediante algum programa de assistência social bancado pelo Estado julgado como ineficiente pelos atores vinculados à lógica mercantil. Poucos se dão conta de que os valores utilitaristas do mercado, levados ao extremo, também irão atuar no sentido de expulsar os pequenos empreendimentos do ambiente concorrencial.

Porém, no berço da sociedade civil, tem emergido, em todo mundo, um novo tipo de empreendedorismo. Gradualmente, alguns grupos da sociedade civil se apercebem que nem o mercado, nem o Estado, estão realmente preocupados com a sua condição. Tais grupos estão iniciando uma mobilização comunitária com o objetivo de resolver seus problemas mais imediatos. E as ações colocadas em curso por tais grupos não são orientadas pelos valores do mercado. Algumas dessas organizações são formalizadas. Outras não. Porém são atuantes.

Tais iniciativas não se confundem com as experiências ideológicas e totalitárias dos Estados Comunistas. Também não se submetem ao fetichismo ideológico do consumo e do mercado. Por isso tais grupos talvez ainda sejam vistos em tom depreciativo pelos detentores do poder econômico.

Mas um movimento está em marcha na sociedade, um movimento que nasce das deficiências do regime de acumulação hegemônico. Este movimento é caracterizado por um novo tipo de empreendimento que necessita de um novo tipo de empreendedor. Um empreendedor que seja guiado por valores como a solidariedade, a cooperação, a dádiva, a reciprocidade, e uma série de outros valores desprezados pela lógica de ação do mercado.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

Num mundo em transformação é temerário continuar a fomentar um conjunto de valores que conduziram o planeta às margens do colapso ambiental, que promoveram a concentração excessiva de renda, o distanciamento entre as classes sociais, a exploração, a alienação e a frustração. Tudo em benefício de poucos grupos. É ingenuidade acreditar que os problemas do mundo atual serão resolvidos com um reforço da lógica do mercado, com um recrudescimento do utilitarismo, com uma ampliação do espaço para o lucro privado e com a intensificação da lógica positivista e funcionalista da ciência ocidental.

A alternativa não é um retorno ao passado distante, mas também não é um reforço às regras cartesianas, mecanicistas da sociedade contemporânea. Além disso, o novo paradigma sócio produtivo que se firma no horizonte talvez não tenha promessas tão atraentes quanto as que o mundo industrializado apresentava no início do século XX. Hoje, porém, percebemos que muitas dessas promessas da sociedade industrial são irrealizáveis para a grande maioria da população mundial. O modelo de sociedade que se busca é orientado pela inclusão social, pelo respeito e pela justiça distributiva. Este modelo de sociedade precisa de um novo tipo de empreendedor, cujas habilidades para o novo tipo de trabalho ainda precisam ser desenvolvidas. Para que esse horizonte se concretize é necessário que Universidades e demais Instituições de Ensino Superior passem a adotar um papel ativo nesse processo, iniciando com uma profunda reflexão sobre os fundamentos epistemológicos dos conteúdos curriculares ministrados e a sua adequação ao enfrentamento dos sérios problemas sociais, produtivos, distributivos, ambientais, éticos e morais contemporâneos.

6. Referências

ALCADIPANI, R.; BRESLER, R. Macdonaldização do ensino. In: **Carta Capital**, São Paulo, ano VI, edição 122, 10 maio 2000, p. 20-24.

ALMEIDA, A. S. A contribuição da extensão universitária para o desenvolvimento de Tecnologias Sociais. In: REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL - RTS (Brasil) (Org.). **Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável: Contribuições da RTS para a formulação de uma Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – Brasília/DF: Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social (RTS), 2010.**

ANDION, Carolina. A Gestão no Campo da Economia Solidária: Particularidades e Desafios. **RAC – Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, n. 1, Jan./Mar. 2005: 79-101.

BEDE, M. A. (coord.) **Sobrevivência e mortalidade das empresas paulistas de 1 a 5 anos.** São Paulo : SEBRAE, 2004.

BIGNETTI, L. P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, Vol. 47, N. 1, p. 3-14, jan/abr 2011.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

BONACIM, C. A. G.; CUNHA, J. A. C.; CORRÊA, H. L. Mortalidade dos empreendimentos de micro e pequenas empresas: causas e aprendizagem. **Gestão & Regionalidade** - Vol. 25 - Nº 74, p. 61-78 - mai-ago/2009.

BOURDIEU, P. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

CASANOVA, P. G. **As novas ciências e as humanidades: da academia à política**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2006.

CASTI, John. L. **O Colapso de Tudo: eventos extremos que podem destruir a civilização a qualquer momento**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.

CHANG, H. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Ed. Unesp. 2002.

CONCEIÇÃO, O. A. C. **Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista**. Porto Alegre: FEE. Teses FEE 1, 2002.

DAGNINO, R. A tecnologia social e seus desafios. In: **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Fundação Banco do Brasil, Rio de Janeiro, 2004.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

FERGUSON, N. **A Grande Degeneração: a decadência do mundo ocidental**. São Paulo, Ed. Planeta, 2013.

FERNANDES, R. C. O terceiro setor na América Latina. In : FERNANDES, R. C. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro : Relue-Dumará, 1994.

FERREIRA, L. F .F. ; OLIVA, F. L. ; SANTOS, S. A. ; GRISI, C. C. H. ; LIMA, A. C. Análise quantitativa sobre a mortalidade precoce de micro e pequenas empresas da cidade de São Paulo. **Gestão & Produção**. São Carlos, v. 19, n. 4, p. 811-823, 2012.

FILION, L.J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. São Paulo: **RAUSP**, v.34, n.2, p.5-28, abr/jun 1999.

FRANÇA-FILHO, G. C. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular : traçando fronteiras conceituais. **BAHIA Análise & Dados**. Salvador, SEI, v.12, n.1, p. 9-19, jun-2002.

GAIGER, L. I. A Economia Solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.28 nº.82, São Paulo, jun./2013.

GIOVANELA, A.; GOUVÊA, A. B. C. T.; FRÂNCIO, S.; DALFOVO, O. As características da disciplina de empreendedorismo em Instituições de Ensino Superior (IES) do Estado de Santa Catarina. **Revista Gestão Universitária na América Latina - Revista GUAL**. Florianópolis-SC, INPEAU/UFSC, V3(1) p.69, 2010.

GRAPEGGIA, M.; LEZANA, A. G. R.; ORTIGARA, A. A.; SANTOS, P. C. F. Fatores condicionantes de sucesso e/ou mortalidade de micro e pequenas empresas em Santa Catarina. **Produção**, v. 21, n. 3, p. 444-455, jul./set. 2011.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações:** uma reconceituação da riqueza das nações. 2ª ed, Rio de Janeiro: Ed da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

GUIMARÃES, T. B. C. Análise epistemológica do campo do empreendedorismo. Encontro da ANPAD – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, XXVIII, 2004. Curitiba, 2004. **Anais...** Curitiba - PR, 2004.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas.** Brasília, 2012.

KEMPF, H. **Como os ricos destroem o planeta.** São Paulo: Ed. Globo, 2010.

LEMONS, D. C.; BAZZO, W. A. Administração como uma ciência social aplicada: integrando ciência, tecnologia e sociedade no ensino de administração. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração – RPCA**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, set./dez. 2011.

LIPIETZ, A. **Audácia, uma alternativa para o século 21.** São Paulo: Nobel, 1991.

MORIN, E. Restricted complexity, general complexity. In: GERSHENSON, C.; AERTS, D.; EDMONDS, B., **Worldviews, science and us:** Philosophy and complexity. Singapore: World Scientific Pub Co Inc., 2007.

NEGRI, A. O empresário político. In: COCCO, G. et al. (orgs.) **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos – o caso da Terceira Itália.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

OTERLOO, A. M. C. A tecnologia a serviço da inclusão social e como política pública. In : REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL - RTS (Brasil) (Org.). **Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável:** Contribuições da RTS para a formulação de uma Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – Brasília/DF: Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social (RTS), 2010.

PAES DE PAULA, A. P.; RODRIGUES, M. A. Pedagogia crítica no ensino da administração: desafios e possibilidades. **Revista de Administração de Empresas.** v. 46, edição especial Minas Gerais, p. 10-22, 2006.

PENA, J. O. O papel da tecnologia social para o desenvolvimento sustentável. In : REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL - RTS (Brasil) (Org.). **Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável:** Contribuições da RTS para a formulação de uma Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – Brasília/DF: Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social (RTS), 2010.

PORTER, M. **Vantagem Competitiva:** criando e sustentando um desempenho superior. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: FGV, 2000.

REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W.R. **Handbook de estudos organizacionais:** modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1998.

RIFKIN, J. **A Terceira Revolução Industrial.** São Paulo: M. Books, 2012.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**. São Paulo: Makron Books, 1996.

SANTOS, B. S. **A Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2011.

SARAIVA, L. A. S. A educação superior em administração no Brasil e a questão da emancipação: um túnel no fim da luz? **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 41-60, jan./jun. 2011.

SCHUMPETER, J. A. A Instabilidade do Capitalismo. In: CARNEIRO, Ricardo (Org.). **Os Clássicos da Economia**. São Paulo : Editora Ática, 1984a.

SCHUMPETER, J. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1989, coleção "Os Economistas".

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1984.

SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Sobrevivência das Empresas no Brasil**. Coleção Estudos e Pesquisas. Brasília-DF : SEBRAE NACIONAL, jul/2013.

SEBRAE; DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa: 2013**. Brasília, 2013.

SEBRAE-SP - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **10 Anos de Monitoramento da Sobrevivência e Mortalidade de Empresas**. São Paulo: SEBRAE-SP, 2008.

TIGRE, P. B. Inovação e teorias da firma em três paradigmas. **Revista de Economia Contemporânea**. nº 3, p. 67-111, jan./jun. de 1998.